



Programa de rádio “Café com o Presidente”, com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva

Rádio Nacional, 04 de outubro de 2004

Luiz Fara Monteiro: Olá amigos em todo o Brasil. Eu sou Luiz Fara Monteiro e começa agora mais uma edição do programa “Café com o Presidente”. Tudo bem, Presidente?

Presidente: Tudo bem, Luiz.

Luiz Fara Monteiro: Presidente, na semana passada o senhor enviou ao Congresso uma lei complementar que simplifica a vida do chamado “empresário individual”, que tem aquela pequena empresa, com faturamento médio de 36 mil reais ao ano. No seu pronunciamento, o senhor disse que é mais barato para esse microempresário correr da polícia do que cumprir todas as exigências que são feitas para ele. Por quê?

Presidente: Porque no Brasil nós, muitas vezes, somos exigentes demais com a política de tributação, a política para legalizar uma empresa, o que incentiva as pessoas a ficarem na informalidade. Esse projeto de lei que mandamos ao Congresso Nacional visa dar legalidade às empresas familiares, aos vendedores ambulantes que estão trabalhando na informalidade, que não contribuem com a Previdência, que não têm nenhum compromisso com a Seguridade Social. Nós queremos legalizar essa gente. Nós queremos que essas pessoas tenham toda a facilidade do mundo para abrir uma empresa e que essa pessoa também tenha facilidade na hora de fechar, que isso não seja um martírio.

Fazendo isso, nós vamos permitir que essa pessoa pague uma quantia



de imposto muito pequena. Ela vai pagar 1,5% sobre o faturamento e isso vai permitir que tenha vontade de se legalizar. Nós imaginamos que isso envolve milhões e milhões de pequenos empreendedores, que estão espalhados pelo Brasil afora.

Então, nós partimos do pressuposto de que se o imposto for justo, todos terão prazer em pagar, principalmente se eles perceberem que esse imposto está voltando para o povo brasileiro em forma de benefícios. E esses são benefícios concretos.

Nós criamos um outro instrumento na Previdência Social, onde uma dona de casa, por exemplo, que quiser pagar a Previdência Social, ela poderá pagar. Ela vai pagar 11%, vai ter todos os benefícios da Previdência e vai ter aposentadoria por idade, não pode ter aposentadoria por Tempo de Serviço. Essa é uma novidade extraordinária para que a gente possa, se o Congresso Nacional aprovar, incluir a dona de casa num projeto de Seguridade Social paralela ao do marido.

Luiz Fara Monteiro: Presidente, medidas como essa fazem parte de um pacote de outras desonerações tributárias, ou seja, o governo abrindo mão de algum tipo de arrecadação para incentivar o crescimento sustentado e a geração de empregos. Que balanço o senhor faz dessas medidas?

Presidente: Este ano nós já enviamos várias medidas ao Congresso Nacional, entre medidas provisórias e projetos de lei, todas elas objetivando desonerar o custo para que as pessoas possam fazer investimento, para que possamos gerar empregos e distribuir renda.

Agora, eu acho importante que o nosso ouvinte tenha conhecimento dos nossos desejos, da nossa vontade e dos objetivos do governo com essas medidas. Na questão do estímulo ao investimento, o objetivo dessas medidas é permitir que o país cresça mais rápido e de forma sustentável, estimulando a



geração de empregos, o aumento da renda e do salário dos trabalhadores.

No estímulo à poupança de longo prazo, qual é o nosso objetivo? O objetivo é estimular a poupança de longo prazo e, com isso, permitir que os setores produtivos refinanciem e façam investimentos adequados, o que melhora as contas externas do país e ajuda a controlar os índices de inflação.

As medidas que nós tomamos na área social, qual é o objetivo delas? O objetivo, fundamentalmente, é baixar os preços dos produtos ao consumidor e estimular a geração de empregos formais nas pequenas empresas do país.

Então, com esses três objetivos, nós fizemos essas medidas e achamos que isso vai ser um sucesso no próximo ano. Eu estou convencido que nós teremos, daqui para frente, um Brasil formal, um Brasil legalizado, em que as estatísticas podem ser feitas com maior seriedade. E que o resultado disso certamente será o crescimento da economia, crescimento de emprego e crescimento da massa salarial.

Luiz Fara Monteiro: Alguns chamaram essas medidas de “pacote de bondades”. É um pacote de bondades ou um pacote de obrigações do governo para incentivar a produção?

Presidente: Não é um pacote de bondade, nem um pacote de obrigações, é um pacote de justiça. Veja, é importante lembrar que essas medidas foram todas articuladas com vários segmentos da sociedade.

Então, essas medidas nossas foram acordadas com vários setores empresariais, foram acordadas com vários setores sindicais para que a lei não seja uma vontade do Ministro da Fazenda ou uma vontade do Presidente da República. Ela tem que ser uma vontade expressa pelo povo que será o beneficiário. É assim que nós estamos governando, é assim que essas leis foram feitas e é assim que o Brasil está dando certo.



Luiz Fara Monteiro: Para o nosso amigo ouvinte ter mais informações sobre esse conjunto de medidas, ele pode acessar o site do Ministério da Fazenda, na Internet: www.fazenda.gov.br.

Obrigado, Presidente, e até o nosso próximo encontro.

Presidente: Obrigado, Luiz, e obrigado ouvintes do programa “Café com o Presidente”.